

# A economia alagoana na etapa de reabertura

Notas sobre a conjuntura econômica nos meses de julho a agosto de 2020

Prof. Dr. Cícero Pérciles de Carvalho  
cicerocarvalho@uol.com.br



**FEAC**  
FACULDADE DE ECONOMIA,  
ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE

# A economia alagoana na etapa de reabertura

Notas sobre a conjuntura econômica nos meses de julho a agosto de 2020<sup>1</sup>

**Cenário da retomada – julho–agosto de 2020.** O impacto da pandemia sobre a economia alagoana começa a ser dimensionado com mais clareza, depois da reabertura de suas atividades, no mês de julho. O Banco Central e o Banco do Nordeste, com dados regionalizados e estadualizados, passara a analisar o impacto do isolamento social nos setores da economia nordestina e, de forma mais detalhada, nas atividades dos estados, incluindo as de Alagoas. O Boletim Regional do Banco Central, publicado a cada trimestre, é creditado como uma antecipação próxima do Produto Interno Bruto (PIB), coincidindo, na maioria das vezes, com os resultados finais publicados pelo IBGE, instituição responsável pelo cálculo do PIB nacional e pelas Contas Regionais.

Apesar do desempenho moderado da agricultura e do efeito positivo das rendas sociais, a economia nordestina foi fortemente atingida nos setores de comércio, serviços e na indústria vinculada ao mercado regional, projetando uma retração elevada (-7,97%) para o segundo trimestre, a maior entre as regiões brasileiras<sup>2</sup>. No Boletim do Banco Central, de maio de 2020, os dados dos primeiros meses do ano apontavam para um crescimento trimestral de apenas 0,3% no Nordeste, antecipando a retração das atividades econômicas do período seguinte, confirmada no Boletim de agosto de 2020.

Por sua vez, o BNB publicou, no seu *Demonstrativo Semestral* (janeiro a junho 2020), um balanço da economia nordestina – e de seus estados –, confirmando os dados do Banco Central. O documento prevê uma retração, no âmbito regional, de -8,1% para este ano, causada principalmente pelo desempenho negativo do setor de serviços (-8,4%), além do setor industrial

---

<sup>1</sup>Este texto dá continuidade ao artigo: *Os impactos da epidemia na economia alagoana*, uma tentativa de visão geral para o período de vigência do decreto de isolamento social de 20 de março. O artigo foi publicado no site Agenda A – [agendaa.com.br](http://agendaa.com.br) – em 26 de junho e no site da Ufal – [ufal.br](http://ufal.br) – em 30 de junho de 2020. Sugestões complementares de leitura sobre a economia alagoana dos anos recentes: o livro *Economia popular: uma via de modernização para Alagoas* (8ed. Edufal, 2019) e o artigo *Alagoas: 2000-2018*, publicado na *Revista Conjuntura Econômica*, do BNB (Edição especial, 2019): [www.bnb.gov.br](http://www.bnb.gov.br).

<sup>2</sup> BCB (2020).

(-8,4%), afetando particularmente o setor de comércio, turismo e o mercado de trabalho em toda a região. A economia alagoana, com a perspectiva de uma retração de -7,3%, apresenta indicadores negativos nos serviços (comércio incluído), construção e indústria, com sua agropecuária obtendo um desempenho melhor que a média regional<sup>3</sup>.

#### NORDESTE/ALAGOAS: PIB 2020/2021

ESTADO REGIÃO	PIB		Agropecuária		Indústria		Serviços	
	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021
ALAGOAS	-7,3	3,2	2,2	2,8	-10,4	5,2	-9,1	2,9
NORDESTE	-8,1	3,1	0,9	2,2	-8,4	5,0	-8,8	2,8

Fonte: BNB (2020).

A economia estadual, por sua estreita ligação com a economia nordestina, acompanha as médias de crescimento regional e deverá apresentar um resultado negativo. Se confirmados os dados semestrais do Banco Central e a previsão anual do BNB para o Nordeste (-8,1%), e de -7,3% para a economia alagoana, teremos a maior retração anual estadual desde 1988, fazendo, desta maneira, a economia estadual retroceder para o nível de atividade de 2016. Nessa época, o PIB obteve uma taxa negativa de -7,1%, influenciado pela crise nacional e a suspensão dos investimentos públicos e privados no Estado. Os dados semestrais acumulados do comércio (-10%) e de serviços (-17%), a retração no consumo de combustível (-9,0%), mais a queda da receita estadual (-2%), da receita federal no estado (-14,5%), e o crescente desemprego (17,8%), parecem confirmar essa perspectiva.

**O quadro geral.** Para a economia alagoana, a retomada das atividades econômicas na capital iniciou os movimentos após o decreto estadual de dois de julho, acompanhado da liberação, pela Prefeitura de Maceió, das atividades comerciais afetadas pelo isolamento social, marcando a volta, gradual e paulatina da economia estadual. Maceió passou para a fase laranja, com a reabertura dos setores comerciais e de serviços restringidos por mais de três meses – pequenas lojas, igrejas, salões de beleza, etc, permanecendo o interior do Estado ainda na primeira fase de isolamento.

A decisão anterior de fechamento da economia, baseada no “Isolamento Social”, deu lugar ao flexível *Distanciamento Social Controlado*. A volta de algumas atividades coincidiu com a prorrogação das medidas de apoio à economia, principalmente dos instrumentos de defesa da renda das famílias (auxílio emergencial), do emprego, com o Programa de Manutenção do Emprego e da Renda, e das linhas especiais de crédito, que impactam na renda para o consumo e nas condições de sobrevivência das empresas.

Os meses de julho e agosto foram de continuidade da forma anterior de funcionamento da economia local baseada na presença dos instrumentos de apoio institucional como a renda

<sup>3</sup> BNB (2020).

social, as linhas emergenciais de crédito, e os contratos de trabalho negociados com redução de salário e jornada, em troca da garantia do emprego. Esses instrumentos foram acordados no Congresso Nacional, instituição que, na ausência de uma coordenação estratégica nacional, transformou-se no centro das negociações das medidas emergenciais, que sustentaram a economia nos meses de isolamento social, principalmente as atividades urbanas, e continuaram sustentando a renda e parte dos empregos e das empresas no período da reabertura.

Graças a esses mecanismos, nos meses de pandemia e de isolamento social, Alagoas atravessou uma conjuntura de “aparente normalidade”, mesmo num cenário de forte queda na atividade econômica, como vem registrando os números da Secretaria Estadual da Fazenda, da Receita Federal, BNB e Banco Central. Neste período, o consumo das famílias continuou ocorrendo, movimentando todos os segmentos da economia, com queda de endividamento e inadimplência, e os números do desemprego permanecendo baixos.

O primeiro trimestre deste ano (janeiro a março), com a expectativa da crise, apresentou um ritmo lento na economia; o segundo trimestre (abril a junho) foi marcado pelos números crescentes da pandemia; o terceiro trimestre (julho a setembro), com a permanência da Covid, deverá apresentar, segundo analistas e instituições financeiras, uma leve recuperação, com dados ainda negativos para a economia, mas com números “menos ruins” que o anterior. O quarto e último trimestre (outubro a dezembro) será de resultados melhores para este ano; no entanto, ainda estará refletindo os efeitos do isolamento social e da permanência da pandemia, que justificam a prorrogação de todos os mecanismos de apoio às atividades econômicas.

A economia alagoana, que sempre reflete os resultados econômicos regionais e nacionais, atravessa esse cenário de reabertura num ambiente recessivo no plano internacional e nacional. O Banco Mundial (BM) estima que a economia global deverá cair -5,2% em 2020, superando com grande diferença a contração da crise financeira de 2009, quando o Produto Interno Bruto (PIB) mundial declinou -0,1%. Para 2020, a projeção do BM é de retração de -7,0% nas economias avançadas e queda de -2,5% nos países em desenvolvimento. No plano mais próximo, incluindo os vizinhos do Mercosul, a Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL), prevê uma redução de -7,2% no PIB da América Latina em 2020<sup>4</sup>.

Os dados do Fundo Monetário Internacional (FMI), publicados no relatório *World Economic Outlook* (24/06), mostraram uma piora generalizada para a atividade econômica mundial, confirmando o quanto os estragos econômicos da pandemia são mais intensos do que o previsto inicialmente. No caso brasileiro, o FMI, depois de uma avaliação do quadro econômico em abril, quando estimava uma recessão de -5,3% para o Produto Interno Bruto (PIB) do país, ampliou essa perspectiva, em junho, para -9,1%. O Boletim Focus do Banco Central modificou sua previsão, de 29 junho, de uma contração de -6,5% do PIB, para -5,28%, em 31 de agosto<sup>5</sup>. Entretanto, o IBGE anunciou os dados para os dois primeiros trimestres (-2,5% e -9,7%),

---

<sup>4</sup> BNB (2020).

<sup>5</sup> BCB (31/08/2020).

apontando para a recessão. No âmbito regional, o BNB, baseando-se nos seus dados e da LCA Consultoria, projetou, em julho, uma retração de -8,1% este ano para a economia do Nordeste, a maior queda entre as cinco regiões brasileiras <sup>6</sup>.

A economia alagoana deverá refletir esses indicadores e seus problemas internos. Nestes meses de reabertura, a permanência dos números negativos da pandemia em Maceió e sua interiorização dificultaram uma maior velocidade na passagem para as fases azul e verde, com a abertura plena e a volta das atividades a um ritmo de recuperação mais vigoroso. Mesmo na etapa da reabertura, a pandemia continua marcando o passo da economia. O início do isolamento social ocorreu no mês de março, com os primeiros casos de infecção (08/03) e morte (31/03), mas sua ampliação e caracterização como pandemia se deram nos meses de abril, maio e junho, com o crescente número de infectados e óbitos, com a maior parte dos casos ocorrendo na capital.

Depois de três meses, a partir do mês de julho, a curva epidêmica começou a apresentar uma tendência de estabilização e queda em Maceió, deslocando-se para os municípios do interior do estado, que passaram a concentrar o maior número de infectados e mortos. Essa situação explica, no primeiro passo, a passagem da fase vermelha para a laranja somente na capital; e, na segunda quinzena (14/07), para a fase amarela em Maceió, e laranja para os municípios da região norte, mantendo as demais localidades do Sul, Agreste e Sertão, na etapa vermelha. No final do mês (29/07), pelas mesmas razões, um novo decreto ampliou para a fase laranja os municípios do interior. Somente em 14 de agosto, a capital entrou na etapa azul, de “risco moderado baixo”, mantendo o interior na fase de “risco moderado alto”, situação confirmada na decisão recente de 25/08.

#### **ALAGOAS: EVOLUÇÃO MENSAL DA EPIDEMIA (março-agosto)**

DATA	ALAGOAS		MACEIÓ	
	INFECTADOS	ÓBITOS	INFECTADOS	ÓBITOS
31/MARÇO	18	1	13	1
30/ABRIL	1.045	47	853	32
31/MAIO	10.288	443	5.891	275
30/JUNHO	35.802	1.048	15.404	600
31/JULHO	59.725	1.567	22.399	723
31/AGOSTO	78.804	1.887	25.923	864

Fonte: SESAU (2020).

**Impacto setorial.** A economia alagoana no período de isolamento social (março-junho) manteve em funcionamento sua agricultura, a indústria, a construção civil e a maior parte de sua rede comercial e de serviços considerados essenciais, minimizando decisivamente as taxas negativas de consumo, emprego, renda e amenizando as dificuldades das empresas e da arrecadação estadual. Esse funcionamento foi possível graças ao conjunto de medidas de defesa da renda, emprego e empresas:

<sup>6</sup> BNB (2020).

o Auxílio Emergencial, um recurso que chega a um milhão e duzentas mil pessoas; o Programa de Manutenção do Emprego, que está garantindo, por meio do benefício emergencial, o posto de trabalho de 165 mil alagoanos; as linhas de crédito emergenciais, operadas em grande parte pela rede bancária federal; os recursos orçamentários transferidos para o Estado e municípios e os pagamentos da Previdência Social, que decidiu antecipar, para os meses de abril e maio, a 13ª parcela paga aos seus 530 mil beneficiários em Alagoas.

Na etapa atual de reabertura (julho-setembro), cada grande setor da economia atravessa o período especial de forma diferenciada. A agricultura, beneficiada pela temporada excepcional de chuvas, que estimula suas atividades nas três regiões alagoanas (Mata, Agreste e Sertão), praticamente não foi influenciada pelo isolamento social e manteve seu moderado desempenho anterior. O mais recente “Levantamento Sistemático da Produção Agrícola” (julho/2020), do IBGE<sup>7</sup>, revela que a produção de cereais, leguminosas e oleaginosas (algodão, amendoim, arroz, feijão, milho, soja e sorgo) deverá crescer este ano em 10%. Uma perspectiva confirmada nos dados do Boletim *Acompanhamento da safra de grãos (agosto/2020)*, da Conab, que mostra um crescimento de 4,2% na produção de amendoim, arroz, feijão, milho e soja, na safra 2019/2020<sup>8</sup>.

No tocante ao setor sucroalcooleiro, a safra 2020/21 (setembro/março), foi aberta pela Cooperativa Pindorama (17/08) e, graças as chuvas regulares e mais intensas que as do ano passado, deverá ser um pouco maior (5,5%) que a safra passada, com 18,4 milhões de toneladas de cana-de-açúcar. Este ano, as 14 unidades industriais deverão produzir mais açúcar, apresentando preços remuneradores no plano internacional. No entanto, a produção de etanol perdeu competitividade para a gasolina e terá um volume menor nesta safra<sup>9</sup>. As chuvas deste ano também auxiliaram as outras culturas e atividades. A pecuária terá uma produção mais elevada que a do ano passado, porque tem a garantia de mais água e melhores pastos para o gado e melhores preços para o leite e carne; a produção de alimentos – feijão, milho mandioca –, será maior este ano; e a produção de fumo, que foi recorde no ano passado, deverá repetir o mesmo desempenho este ano.

A indústria de transformação e a construção civil apresentaram resultados diferenciados nestes sete meses. A indústria foi afetada pela logística de transporte, principalmente no fornecimento de insumos e na distribuição de mercadorias, pelo aumento de matéria-prima, e pelo recuo da demanda em alguns setores vinculados ao consumo regional. A construção civil, responsável pela produção de imóveis de médio e alto padrão, que trabalha ao lado do setor imobiliário para atender os segmentos de classe média, mesmo sendo considerada uma atividade essencial, entrou em crise nos meses de isolamento social mais intensos, segundo o Boletim *Sondagem da construção em Alagoas*, de julho<sup>10</sup>, passando a trabalhar num ritmo mais

---

<sup>7</sup> IBGE (2020).

<sup>8</sup> CONAB (2020).

<sup>9</sup> CONAB (2020).

<sup>10</sup> FIEA (2020).

lento devido ao retraimento dos consumidores de classe média e a paralisia das obras públicas. No entanto, nos meses de julho e agosto, o setor dá sinais de recuperação e apresenta vendas melhores e muitos lançamentos programados para os meses de final de ano.

Na área da construção, o crescimento tem se dado no setor popular, da autoconstrução, responsável pela edificação da maioria dos imóveis alagoanos, e nas atividades de reformas de residência. Um fenômeno explicado pela combinação de vários fatores: a) desde o mês de abril, o comércio de varejo de material de construção ficou aberto por ser considerado um segmento essencial; b) a renda das pessoas mais pobres aumentou (auxílio emergencial e outras fontes); c) a necessidade de consertos, reparos e ampliações nas residências existia na maior parte dos imóveis; d) o tempo da pandemia, do isolamento social, favoreceu a execução de atividades domésticas; e) a mão de obra no setor estava, em parte, disponível. O resultado foi um movimento amplo de consumo de material de construção, detectado pela Secretaria da Fazenda logo no mês de maio, quando o varejo apresentou um crescimento de 11,65% e o atacado 20,03%. Esses dados foram ampliados no mês de junho, quando esse segmento cresceu fortemente no atacado (87%) e varejo (57%), resultando no aumento de preços e mesmo de falta de material como cimento, madeira, tijolo, tinta, etc. No mês de julho, o varejo de material de construção alcançou outro excelente resultado, com uma ampliação nas vendas em 81%, no comércio atacado, e 48% no varejo, em relação ao mesmo mês do ano anterior<sup>11</sup>.

Os setores considerados essenciais do comércio e serviços que permaneceram abertos e funcionando, formando um imenso conjunto de empresas – rede de farmácias, supermercados, mercadinhos e hortifrutis, postos de gasolina, rede financeira, serviços de saúde, etc.–, mantiveram plenas suas atividades, nos meses de julho a agosto, aproveitando o maior movimento do comércio advindo da reabertura controlada. O problema, como nos meses de março a junho, esteve sempre nos chamados segmentos não-essenciais, localizados no comércio e no setor de serviços.

Segundo a Confederação Nacional do Comércio (CNC), o varejo não-essencial foi o setor mais afetado pelos decretos que restringiam a circulação dos consumidores, nos meses de abril a junho, reduzindo as vendas presenciais, a principal modalidade de consumo por parte da população. Os segmentos mais atingidos foram os da comercialização de itens considerados não-essenciais, a exemplo das lojas de utilidades domésticas; vestuário, tecidos, calçados e acessórios; e comércio automotivo. A expectativa é de uma retração de -6,9% no varejo nacional. Segundo a CNC, a crise nesse trimestre foi responsável pelo fechamento de 135 mil lojas com vínculos empregatícios em todo o Brasil e, em Alagoas, pela saída de 1.200 pontos comerciais dos segmentos não-essenciais, o que significa -13,2% do total<sup>12</sup>.

Nestes dois meses, a abertura manteve sua programação. O primeiro decreto liberou, na capital, o comércio de pequenas lojas (até 400m<sup>2</sup>), salões de beleza e barbearias. Este pequeno

---

<sup>11</sup> SEFAZ (2020).

<sup>12</sup> CNC (2020).

comércio retornou, mas ainda não encontrou o ritmo que tinha no mês de fevereiro. Este segmento perdeu o momento da renda extra dos meses de abril a junho para os setores essenciais, em pleno funcionamento, e para as atividades do setor comercial, especializado em produtos populares, localizado nos bairros da capital e nas cidades do interior, que mantiveram suas atividades de maneira parcial. O segundo decreto, da fase amarela, liberou, na capital, os shoppings centers, galerias, centros comerciais e lojas maiores (com mais 400m<sup>2</sup>), lanchonetes, bares e restaurantes, ampliando para a região Norte de Alagoas a fase laranja. A liberação desse segmento comercial aumentou a concorrência com o varejo tradicional, sem apresentar crescimento mais forte nas vendas. Na sequência, o decreto de 29/07, liberou atividades na área de serviços, sem muito peso no próprio segmento, como as academias e o transporte intermunicipal, avançando todas as localidades interioranas que estavam na fase vermelha para a laranja. Com o decreto de 14/08, Maceió passou para a fase azul, os demais municípios para a amarela, excetuando os do Médio e Alto Sertão alagoanos, que somente passaram para a fase de “risco moderado” no recente decreto de 25 de agosto.

Na área de serviços, a pandemia e o isolamento social impactaram negativamente na atividade turística nordestina como um todo, principalmente nos meses de abril-junho, atingindo em cheio o setor alagoano. O movimento aéreo, um importante indicativo deste setor, caiu mais de 95% nestes três meses. Alagoas foi atingida e a redução no segundo trimestre teve a mesma média negativa dos demais estados. Com quase toda a rede hoteleira fechada por mais de cem dias, o setor reabre num cenário ainda desfavorável pela permanência da pandemia.

#### **NORDESTE: MOVIMENTO AÉREO (janeiro-junho 2020)**

ESTADOS/REGIÃO	EMBARQUES			DESEMBARQUES		
	1º Sem.	1º Sem.	Var. (%)	1º Sem.	1º Sem.	Var. (%)
	2019	2020		2019	2020	
ALAGOAS	527.601	307.355	41,7%	510.360	283.575	44,4%
Bahia	2.442.389	1.454.978	40,4%	2.376.384	1.370.661	42,3%
Ceará	1.850.089	950.577	48,6%	1.810.864	912.741	49,6%
Maranhão	468.145	239.860	48,8%	461.289	227.294	50,7%
Paraíba	379.705	209.058	44,9%	370.795	201.074	45,8%
Pernambuco	2.299.309	1.253.618	45,5%	2.254.688	1.220.242	45,9%
Piauí	286.624	150.183	47,6%	280.438	146.541	47,7%
Rio G. Norte	577.406	335.491	41,9%	553.138	310.924	43,8%
Sergipe	274.529	154.759	43,6%	266.242	144.087	45,9%
Nordeste	9.105.797	5.055.879	44,5%	8.884.198	4.817.139	45,8%

Fonte: BNB/ETENE (2020).

No entanto, no mês de julho, o setor turístico começou a sentir os primeiros sinais da reabertura com as notícias da volta de alguns voos regulares das empresas maiores (Azul, Latam

e Gol), conectando Maceió a outras capitais; com a confirmação para outubro do voo Maceió-Lisboa, pela TAP. E o funcionamento dos bares, restaurantes, e transportes turísticos que dão suporte à rede hoteleira. A permanência da pandemia, com o noticiário diário sobre infectados e mortos, e a ausência de vacina, mantêm um relativo distanciamento de setores consumidores, principalmente dos estados emissores que seguem observando o ambiente para viagens. No plano doméstico, o segmento de bares e restaurantes permanece com uma parte de suas empresas fechada, aproximadamente um terço, segundo dados da Associação de Bares e Restaurantes de Alagoas (Abrasel)<sup>13</sup>, assim como parte dos hotéis e pousadas. Na cadeia do turismo, o processo de reabertura será lento, muito centrado no turismo regional, a aposta na demanda hoteleira nos próximos meses.

A economia alagoana, passado esse período, depois das suas fases de isolamento social e reabertura controlada, deverá ser foco de um debate reflexivo sobre seu futuro próximo. A excessiva dependência das transferências federais (para a criação de infraestrutura, realização dos programas de desenvolvimento econômico e funcionamento das políticas sociais) tem provocado inquietações nos meios políticos, nas representações empresariais e sindicais de trabalhadores, no meio acadêmico, na mídia local e nas instituições públicas que buscam respostas para a superação de uma situação que dura há décadas, sem perspectivas claras de mudanças.

**A renda da atividade econômica e a renda social pública.** Nos meses da pandemia, a entrada do Auxílio Emergencial (AE), o Benefício de Prestação Continuada (BPC), a antecipação da 13ª parcela do INSS, disponibilizada juntamente com os benefícios regulares nos meses de abril e maio, coincidiram com a liberação das parcelas do FGTS e os pagamentos do Seguro-Desemprego. Isso permitiu ver com mais clareza a pobreza alagoana e a força desses mecanismos de renda pública na sociedade e na economia do Estado. Quando somados esses valores: 770 milhões do AE, mais 740 milhões da previdência (benefícios e BPC), mais 27 milhões do Seguro-Desemprego, mais as parcelas do FGTS, pode-se afirmar, com certeza, que a renda social pública ultrapassa a renda obtida por todos os trabalhadores formais e informais: das empresas privadas, dos serviços públicos, dos autônomos (conta-própria), dos empregados domésticos e dos empregadores.

O site Poder 360<sup>o</sup> publicou com destaque o fato de 10 estados (entre eles, Alagoas) terem mais beneficiários do programa Bolsa Família que trabalhadores com carteira assinada. Na semana seguinte, a mesma fonte publicou os dados comparativos entre o número de beneficiários do Auxílio Emergencial e o contingente de trabalhadores formais. Desta vez, 25 unidades entraram na lista (Alagoas incluída). Se a comparação fosse realizada entre os beneficiários da Previdência e a mesma base comparativa (trabalhadores formais), o resultado seria semelhante.

Para se compreender a força das transferências e da renda social pública, é necessário entender a estrutura da renda nas atividades econômicas de Alagoas. Essa renda é dimensionada

---

<sup>13</sup> ABRASEL (2020)

a cada três meses pelo IBGE. Recentemente (28/08), saiu a edição mais nova da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC) para o trimestre abril/maio/junho.

Apesar de todos os recursos emergenciais no enfrentamento da pandemia, o quadro de pobreza em Alagoas ficou ainda mais grave no trimestre anterior e o desemprego subiu um pouco mais (17,8%), constituindo-se na terceira maior taxa do Brasil; a subutilização da força de trabalho chegou a 45,6%, a segunda maior do país, assim como a taxa dos informais (48,6%). O isolamento social teve como consequência o aumento das características históricas da economia alagoana: a informalidade, o desemprego e a subutilização da força de trabalho. No Estado, a força de trabalho (pessoas ocupadas e desocupadas) forma um conjunto de 1,1 milhão de pessoas. Desses, 905 mil são os ocupados, 607 mil são empregados (nos setores públicos e privados e serviços domésticos), 29 mil são empregadores e 241 mil trabalhadores por conta-própria (autônomos).

#### **ALAGOAS: INDICADORES PARA TRABALHO E RENDIMENTO (2020) (mil)**

	<b>abr-mai- jun/2019</b>	<b>jan-fev-mar/2020</b>	<b>abr-mai-jun/2020</b>
<b>População com + 14 ANOS</b>	2.644	2.628	2.631
<b>Força de Trabalho</b>	1.227	1.203	1.101
<b>Ocupada</b>	1.048	1.064	905
<b>Desocupada</b>	179 (14,6%)	199 (16,6%)	197 (17,8%)
<b>Empregado</b>	688	678	607
<b>Setor privado (s/cart.)</b>	425 (145)	433 (157)	366 (126)
<b>Setor Público (s/cart.)</b>	188 (58)	179 (51)	185 (50)
<b>Domésticos (s/cart.)</b>	75 (56)	65 (50)	57 (46)
<b>Empregador (s/CNPJ)</b>	31 (8)	30 (7)	29 (7)
<b>Conta-própria (s/CNPJ)</b>	300 (268)	274 (238)	241 (213)
<b>Trabalhador Familiar Auxiliar</b>	29	22	28
<b>Informais</b>	535	548	440
<b>Força de trabalho Subutilizada</b>	514 (34,5%)	565 (38,2%)	698 (45,6%)
<b>Desocupados</b>	189	159	199
<b>Com insuficiência de horas tra.</b>	72	88	98
<b>Potencial (Desalentados)</b>	263 (221)	278 (220)	403 (287)

Fonte: IBGE (Pnadc, 2020).

Nesta força de trabalho, 440 mil pessoas estão no conjunto das ocupadas, mas estão na informalidade, sem contrato formal ou, quando autônomos, sem documentação, representando 48,6% desse conjunto amplo. Neste mesmo conjunto (força de trabalho + força de trabalho potencial), 698 mil pessoas (45,6%) formam o conjunto dos subutilizados, composto por 197 mil desocupados (que buscam emprego), por 403 mil pessoas que estão na categoria “potencial

da força de trabalho” formada, basicamente, por desalentados (que deixaram de procurar emprego) e por mais 98 mil pessoas que, apesar de ocupadas, são subutilizadas por insuficiência de horas trabalhadas, com horas insuficientes para ser considerado trabalhador pleno. Esse vem sendo um universo de trabalhadores majoritariamente pobres, sem atividade regular ou garantias sociais.

Neste quadro, o isolamento social, ao paralisar algumas atividades, acentua essas dificuldades. É um fenômeno nacional, mas em estados pobres como Alagoas tem uma força ainda maior. No período da pandemia e do isolamento social, as atividades produtivas são afetadas, o desemprego aumenta, a queda da renda média atinge os trabalhadores mais pobres e famílias de baixa renda, fazendo diminuir o consumo e, claro, penalizando os segmentos mais vulneráveis da população. Uma situação que, nestes meses, está sendo parcialmente compensada pelas políticas emergenciais, mas de caráter transitório.

Como era de se esperar, a renda média do trabalho em Alagoas (R\$ 1.615) é mais baixa que a renda média do Brasil (R\$ 2.776) e, ainda levemente, é também menor que a renda nordestina (R\$1.648). Ademais da pouca dinâmica econômica, do grau menos elevado de escolaridade e da formação profissional deficiente dessa força de trabalho, o rendimento dos assalariados é empurrado para baixo pela presença de um grande contingente de trabalhadores na informalidade e, principalmente, no conjunto dos “subutilizados”, onde se registra a disponibilidade de meio milhão de pessoas desocupadas ou desalentadas. Essa pobreza social explica a presença massiva da renda social pública.

#### **ALAGOAS: RENDIMENTO MÉDIO REAL DE TODOS OS TRABALHOS (2020). (mil)**

<b>ESTADO/REGIÃO</b>	<b>abr/jun/2019</b>	<b>jan/mar/2020</b>	<b>abr/jun/2020</b>
<b>ALAGOAS</b>	1.643	1.523	1.615
<b>NORDESTE</b>	1.641	1.629	1.648
<b>BRASIL</b>	2.378	2.716	2.776
<b>SÃO PAULO</b>	3.020	3.007	3.090

Fonte: IBGE (PnadC, 2020).

**As transferências e a “aparente normalidade”.** Para as unidades federativas mais pobres, como os estados nordestinos, as medidas aprovadas no Congresso Nacional ajudaram a ampliar a renda social pública, uma combinação do Auxílio Emergencial (antes restritos ao Programa Bolsa Família) e dos pagamentos do INSS, mais as parcelas antecipadas do FGTS, garantindo à maioria absoluta da população alagoana a renda básica para o enfrentamento do período da epidemia (março-julho). A Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios (PNAD), do IBGE, no mês de julho, revelava que o auxílio emergencial chegava a 60% das residências alagoanas, um benefício cujo valor mensal corresponde a 70% da renda média da região nordestina<sup>14</sup>.

<sup>14</sup> IBGE (2020).

Nos meses de “isolamento social”, a economia funcionou em grande parte à base de apoio das rendas públicas. As políticas sociais, principalmente as de transferência de renda, pelo grau de cobertura e pelo volume expressivo de recursos, deixaram de ser políticas auxiliares destinadas aos setores vulneráveis e foram transformadas num elemento estrutural e permanente da renda das famílias, na medida em que, há mais de uma década, cobrem a maioria da população, criando uma forte dependência econômica e social dos recursos federais. Os números são expressivos. Nos meses de abril e maio, os recursos pagos pelo Auxílio Emergencial mais os pagamentos da Previdência Social superaram o valor dos salários de todos os 480 mil trabalhadores formais (CLT e funcionalismo) do Estado, segundo os valores registrados na Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), do Ministério do Trabalho<sup>15</sup>.

Em Alagoas, o Auxílio Emergencial (AE) pagou R\$ 776.407.200,00, nos meses de abril e maio, a 1.065.078 pessoas (incluídos os 416.284 beneficiários do Bolsa Família), mais do dobro da parte da população coberta pelo Bolsa Família. O Auxílio Emergencial foi estendido para os meses de junho e julho e aumentou seu público para 1,2 milhão de beneficiários, triplicando o número de beneficiários do Bolsa Família<sup>16</sup>. O INSS continuou pagando R\$ 542.679.273 aos seus 418.782 beneficiários e R\$ 119.49.747,60 aos 114.124 cidadãos com direito ao Benefício de Prestação Continuada (BPC). Essas duas rendas (AE e INSS) se somam à liberação das parcelas do PIS/Pasep e FGTS, que destinará, de julho–setembro, R\$ 520 milhões a 500 mil alagoanos, com pagamento dividido segundo a data do nascimento; mais as parcelas do seguro-desemprego (R\$ 27 milhões, mensalmente, em média) e os pagamentos do Programa de Manutenção do Emprego e Renda. Estes recursos estão garantindo a renda social de consumo nos meses de julho e agosto, dando continuidade ao tom de “aparente normalidade” à economia estadual.

Na relação direta com a economia, as linhas emergenciais para a manutenção do emprego e os programas especiais de crédito, operacionalizados, principalmente, pela rede federal – BNDES, BB, CEF e BNB –, atuam de forma a apoiar as empresas, principalmente as MPE’s, diminuindo o impacto negativo da pandemia na economia. Sem essa rede de proteção, a renda para o consumo das famílias mais pobres (a maioria da população) seria afetada ainda mais gravemente, o nível de desemprego teria disparado, mais empresas estariam em situação de insolvência financeira, e o Estado e os municípios teriam ainda mais dificuldades para fazer frente aos gastos no enfrentamento da pandemia.

O impacto dessa renda é reconhecido pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) que, no estudo *Os efeitos da pandemia sobre os rendimentos do trabalho e o impacto do auxílio emergencial*, registrou, nos meses de abril e maio, uma queda generalizada nos rendimentos médios de toda a população, com diferenças entre os grandes grupos de renda. Os trabalhadores por conta própria (autônomos) foram os mais atingidos, com uma queda de 40%

---

<sup>15</sup> Ministério do Trabalho (2020).

<sup>16</sup> Ministério da Cidadania (2020).

do rendimento habitual. No mês de maio, cerca de 32% dos domicílios não apresentaram nenhuma renda no trabalho. De acordo com o estudo, cerca de 3,5 milhões dos domicílios sobreviveram apenas com os rendimentos do auxílio emergencial, mais efetivo para as famílias com renda mais baixa. O benefício compensou o impacto total da pandemia sobre a massa de rendimentos no país, elevando essa renda, principalmente nos domicílios de *renda muito baixa* (54%) e *renda baixa* (25%), a maioria dos nordestinos e alagoanos<sup>17</sup>.

Confirmando os dados do IPEA, a Secretaria de Política Econômica do Ministério da Economia produziu uma Nota Informativa: *Análise da abrangência, focalização e do efeito distributivo do auxílio emergencial* demonstrando como o Auxílio Emergencial está fortemente concentrado nos 30% mais pobres da população brasileira, nos trabalhadores informais e nos indivíduos sem ocupação e naqueles fora da força de trabalho, que vivem nos domicílios de baixa renda per capita, onde os efeitos da pandemia foram mais severos. As *famílias extremamente pobres* são aquelas com renda mensal de até R\$89,00 por pessoa. As *famílias pobres* possuem renda mensal entre R\$89,01 e R\$178,00 por pessoa<sup>18</sup>.

No plano regional e estadual, incluindo Alagoas, o peso desses instrumentos, principalmente do Auxílio Emergencial, na renda da população mais pobre foi apresentado, no mês de agosto, de maneira mais precisa, no levantamento *Qual foi o Impacto Imediato da Pandemia do Covid sobre as Classes Econômicas Brasileiras?* do Centro de Políticas Sociais da Fundação Getúlio Vargas (CPS/FGV)<sup>19</sup>, que trabalha com os microdados da PNADC/Anual e das recentes PNADCovid/IBGE. Os números revelam o impacto instantâneo e massivo do AE e dos demais instrumentos aprovados entre abril e maio.

Esse estudo apresenta a variação nos segmentos de renda domiciliar *per capita* por classes de salário mínimo (rendas *per capita* menores que  $\frac{1}{2}$  salário mínimo; de  $\frac{1}{2}$  a 2 SM's e mais de 2 SM's) entre 2019 e julho deste ano. O trabalho mostra, no âmbito nacional, uma queda do segmento mais pobre da população em 20,69%, devido ao impacto das medidas econômicas adotadas para amenizar os efeitos da pandemia.

Como era de se esperar, as regiões e os estados que possuem maiores parcelas dos atendidos pelo AE, tiveram taxas maiores de redução da pobreza. A renda da primeira faixa (menos de  $\frac{1}{2}$  salário) representa um dos critérios para a inscrição dos cidadãos no Auxílio Emergencial e no Cadastro Único. O Nordeste obteve uma redução -28,71% no número de pobres, a retração mais expressiva entre as regiões; no plano dos estados, Alagoas obteve a sexta maior variação, com uma redução de -29,32% da população que recebe até  $\frac{1}{2}$  salário mínimo *per capita*, parcela beneficiada que migrou para a faixa superior de renda.

---

<sup>17</sup> IPEA (2020).

<sup>18</sup> Ministério da Economia (24/08/2020).

<sup>19</sup> FGV/CPS (2020).

**ALAGOAS: RENDA DOMICILIAR PER CAPITA POR CLASSES DE SALÁRIO MÍNIMO (%) (2012/2020)**

CLASSES	2012	2019	2020 (jul)	2020-2019
Menos de ½ SM	58,64	56,50	39,71	-29,32%
De ½ a 2 SM's	36,94	38,24	55,63	+ 45,58%
2 ou mais SM's	4,42	5,26	4,60	-12,48%

Fonte: FGV (2020).

Na mesma lógica de fortalecimento da renda familiar, o Senado aprovou (19 de junho de 2020) a suspensão do pagamento das mensalidades do crédito consignado por quatro meses. As prestações suspensas serão convertidas em parcelas extras, com vencimentos em meses subsequentes à data de vencimento da última prestação prevista para o financiamento. O projeto aprovado está tramitando na Câmara, que deverá analisá-lo antes de ser enviado para a sanção presidencial<sup>20</sup>. Caso entre em vigor, essa medida impactará na economia alagoana. Milhares de funcionários públicos, beneficiários da previdência e trabalhadores do setor privado possuem esse tipo de contrato de crédito bancário.

Outras medidas foram, recentemente, encaminhadas pelo Congresso: a Câmara aprovou (22/07) a medida provisória (MP 938/02), que cria auxílio financeiro da União, na forma de compensação no repasse aos fundos de participação – FPE e FPM – de até R\$ 16 bilhões, aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios, que perderam arrecadação nesse período de crise sanitária e econômica; e, na semana seguinte (25/07), a Câmara aprovou o projeto de ajuda a agricultores familiares, que foi encaminhado ao Senado, ampliando a inclusão no Auxílio Emergencial dos trabalhadores do campo. Por sua vez, a Caixa Econômica Federal ampliou (22/07), mais uma vez, a pausa do pagamento de financiamentos habitacionais, prorrogando-a por até 180 dias.

Há uma expectativa de que esses programas emergenciais, pela capilaridade e pelos efeitos positivos no âmbito social e econômico, sejam mantidos até, pelo menos, dezembro, coincidindo com o período do estado de calamidade pública nacional, aprovado no Senado<sup>21</sup>. Essa prorrogação também é necessária pelos efeitos econômicos do cenário mundial e nacional, marcados pela crise e taxas negativas de crescimento, que deverão impactar, de maneira direta, na economia regional nordestina. Esta acompanha o desempenho nacional, influenciando, por sua vez, as atividades nos estados, reforçando a necessidade de manutenção desses mecanismos de defesa da renda, dos empregos e das empresas.

<sup>20</sup> Senado (19/07/2020).

<sup>21</sup> Senado (20/03/2020).

**O Programa de Manutenção do Emprego e Renda.** O segundo elemento de impacto sobre a renda estadual é o Programa de Manutenção do Emprego, que paga o Benefício Emergencial aos trabalhadores empregados no setor privado com carteira de trabalho assinada. Durante o período de calamidade pública, trabalhadores e empresas realizaram contratos de suspensão ou redução de jornada (70%, 50% e 25%) e de salário, mediante acordo individual ou coletivo, mantendo o vínculo empregatício pelo mesmo número de meses que o trabalhador estiver sob esse acordo. Por esse programa, durante a suspensão do contrato ficam mantidos alguns benefícios tais como planos de saúde, vale refeição e outros<sup>22</sup>.

#### **ALAGOAS: PROGRAMA DE MANUTENÇÃO DO EMPREGO E RENDA (2020)**

TIPO DE CONTRATO		IDADE		SETOR	
Suspensão	76.169	Até 29 anos	55.486	Agropecuária	348
70%	51.484	30-39 anos	55.683	Comércio	49.342
50%	26.187	40-49 anos	36.276	Construção	4.234
25%	11.593	50 > anos	17.895	Indústria	16.072
-----	-----	-----	-----	Serviços	95.432
-----	165.428	-----	165.428	-----	165.428

Fonte: MTE (2020).

O Programa de Manutenção do Emprego apresenta números expressivos de contratos em Alagoas. Como os acordos podem ser repetidos pelo mesmo trabalhador, o número de contratos chega a 165.428 (em 01/09), concentrados nos setores de comércio e serviços (88%), atingindo majoritariamente trabalhadores com idade acima de 30 anos (66%) e acordos predominantemente com sentido de suspensão ou redução de 70% na jornada de trabalho (77%). Esse número elevado de contratos está influenciando a sobrevivência de milhares de empresas, principalmente das MPE's, na medida que diminui um dos principais itens de despesas, a folha de pessoal.

Esse programa, mesmo reduzindo parte da renda dos assalariados e mantendo a incerteza quanto ao futuro do posto de trabalho, estancou as demissões e está sustentando, temporariamente, o emprego de quase um terço dos 350 mil trabalhadores formais em Alagoas registrados em janeiro. Como reflexo desse mecanismo, o número de assalariados desligados do emprego no estado, de abril a julho, mesmo em plena pandemia, é menor do que no mesmo período do ano passado (de março a julho), segundo dados consolidados do Cadastro Geral do Emprego e Desemprego (Caged). Esse fato, revela e confirma a presença do Programa de Emprego e Renda.

<sup>22</sup> DIEESE (2020).

**ALAGOAS: EMPREGO/DESEMPREGO (jan/jul-2020)**

MÊS	2019			2020		
	ADMITIDOS	DESLIGADOS	SALDO	ADMITIDOS	DESLIGADOS	SALDO
Jan	7.156	11.895	-4.739	8.919	14.196	-5.276
Fev	8.189	10.444	-2.255	9.306	17.864	-8.508
Mar	7.061	16.697	-9.636	8.112	13.887	-5.775
Abr	6.964	11.657	-4.692	3.094	10.678	-7.584
Mai	7.577	8.323	-746	5.183	7.669	-2.486
Jun	7.400	8.261	-861	5.560	4.697	863
Jul	9.503	9.033	-1.470	7.054	5.483	1.571
<b>TOTAL</b>	<b>57.720</b>	<b>80.457</b>	<b>-22.737</b>	<b>47.228</b>	<b>74.474</b>	<b>-27.246</b>

Fonte: CAGED (2020).

O Caged, detalhando o desempenho setorial, apresentou, entre os meses de janeiro a julho, um quadro de cinco resultados mensais negativos no mercado de trabalho formal. Como ocorre tradicionalmente, na área industrial, a entressafra da cana, que começa em fevereiro e vai até agosto, influenciou o número de contratos na agroindústria (e na agricultura) nos meses da pandemia; a construção civil mostra uma reação no mês de julho; por sua vez, o setor de comércio/serviços foi afetado pelo isolamento social e apresentou números negativos. O saldo positivo de empregos em junho e julho, mesmo com a forte redução de novas contratações, que vem desde abril, é explicado pelo Programa de Manutenção do Emprego e Renda.

**ALAGOAS: CAGED (jan/jul-2020)**

SETOR	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	TOTAL
AGRICULTURA	-1.140	-584	-399	-87	-29	638	951	-650
COMÉRCIO	-778	228	-416	-1.771	-819	28	188	-3.330
CONSTRUÇÃO	658	907	244	-871	-480	-185	356	669
INDÚSTRIA	-4.155	-9.810	-4.487	-2.341	-528	647	186	-20.448
SERVIÇOS	120	788	-705	-2.804	-628	-321	110	-3.715
<b>TOTAL</b>	<b>-5.285</b>	<b>-8.471</b>	<b>-5.763</b>	<b>-7.834</b>	<b>-2.539</b>	<b>807</b>	<b>1.571</b>	<b>-27.474</b>

Fonte: MTE (2020).

Nestes meses, os dados de requisição do seguro-desemprego não corresponderam ao número de demitidos no período janeiro-agosto (1ª quinzena), devido ao fato de que muitos desses trabalhadores estão inscritos no programa do Auxílio Emergencial e têm, por direito, 120 dias para solicitar as cinco parcelas do seguro-desemprego. No período janeiro-julho, o seguro-desemprego continuou no seu importante papel de renda familiar em Alagoas, pagando mais de R\$ 190 milhões aos beneficiários deste direito nos sete primeiros meses de 2020. O seguro-desemprego paga mensalmente a uma média de 20 mil trabalhadores, um valor mensal

de R\$ 27 milhões, o equivalente a 25 mil salários mínimos. Dinheiro destinado ao consumo, colaborando na conjuntura da “aparente normalidade”.

**ALAGOAS: SEGURO-DESEMPREGO (jan./ago (1ª quinzena) - 2020)**

MÊS	REQUERENTES	WEB	%	SEGURADOS	TAXA %
Jan	4.318	209	4,8%	4.093	94,8%
Fev	4.043	386	9,5%	3.784	93,6%
Mar	4.673	1.228	26,2%	4.319	92,4%
Abr	5.687	5.376	94,5%	5.041	88,6%
Mai	8.247	7.752	94,0%	7.179	87,0%
Jun	4.593	4.169	90,8%	3.898	84,9%
Jul	4.541	3.560	78,4%	3.772	82,0%
Ago	1.571	1.224	77,9%	1.208	76,9%

Fonte: Ministério da Economia (2020).

**Linhas especiais de crédito.** Nos meses de abril e maio, foram ampliados ou criados vários programas e linhas emergenciais de crédito dirigidas às empresas, principalmente as MPE's, para o pagamento da folha de pessoal ou financiamento de capital de giro. O primeiro instrumento mobilizado foi o Fundo de Aval para às Micro e Pequenas Empresas (Fampe), um antigo fundo de aval criado exclusivamente com recursos do Sebrae. Em abril, a Caixa Econômica abriu uma linha especial, que oferecia empréstimos com a garantia do Fampe. Nos primeiros meses, os bancos federais – Caixa Econômica Federal (CEF), Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Banco do Nordeste do Brasil (BNB) e o Banco do Brasil (BB) – destinaram recursos à disposição das MPE's, o segmento que, naquela conjuntura, atravessava as maiores dificuldades.

Em abril, foi criado o Programa Emergencial de Suporte a Empregos (PESE), operacionalizado pelo BNDES e supervisionado pelo Banco Central, com recursos do Tesouro Nacional para financiamento da folha de pessoal das MPE's. No mês seguinte, o Congresso Nacional aprovou o Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe), que entrou em vigor em junho, quando o Tesouro Nacional liberou 15,9 bilhões do Fundo Garantidor de Operações (FGO) para empresas com faturamento anual de até R\$ 4,8 milhões, que podem acessar 30% da receita declarada em 2019. O FGO se dispõe a cobrir até 85% das perdas totais em casos de inadimplência. Imediatamente à aprovação, a Receita Federal enviou um comunicado a todas as micro e pequenas empresas optantes do Simples Nacional, informando que elas poderiam acessar o crédito do Pronampe.

O BNDES é operador do Programa Emergencial de Acesso a Crédito (Peac), assegurado pelo Fundo Garantidor para Investimentos (FGI), que foi criado em 2009 e administrado pelo BNDES para oferecer garantias às linhas de crédito do banco. Esse programa, lançado em junho, é uma iniciativa que objetiva agilizar o funcionamento do mercado de crédito, reduzindo o

risco da inadimplência para as instituições financeiras concedentes do crédito, priorizando as pequenas e médias empresas, as que acessam entre R\$ 5 mil a R\$ 10 milhões. Trinta e oito agentes financeiros (bancos, cooperativas de crédito, agência de desenvolvimento) estão habilitados a operar esses recursos e realizar empréstimos, entre eles estão instituições de desenvolvimento estadual, como a Desenvolve/SP, BDMG e Desenbahia, e também os maiores bancos privados do país.

Nestes primeiros meses, as MPE's, alvo principal dos programas, tiveram pouco acesso a esses recursos por falta de tradição nas relações com a rede financeira, pelo receio do endividamento num momento de crise e pelas dificuldades de acessar o crédito, principalmente na apresentação de garantias bancárias.

Durante os meses de abril, maio e junho, a conjuntura era de crescente necessidade de crédito das empresas que, mesmo abertas, não obtinham receita suficiente, ou das que buscavam crédito para os gastos com a reabertura. Houve assim a constatação de que os recursos disponibilizados por esses programas especiais, por razões burocráticas, exigências de garantias e pelo volume reduzido, não estavam atendendo a demanda.

Os balanços da execução dessas linhas emergenciais foram alvo de muitas críticas, alimentando a pressão das entidades empresariais no sentido de mudanças nas linhas especiais de crédito. Essa pressão resultou na regulamentação, em 20 de julho, pelo CMN (Conselho Monetário Nacional), do Programa de Capital de Giro para Preservação de Empresas (CGPE), com o papel de “destravar” o crédito para os micro, pequenos e médios empresários, ao lado do Pronampe, PESE, Fampe e FGI. O CGPE destina pelo menos 80% dos recursos as MPE's e terá carência e prazo mínimos de 6 e 36 meses, respectivamente. O novo programa é custeado com recursos próprios dos bancos, que poderão utilizar parte das suas perdas para ter benefício fiscal no pagamento do Imposto de Renda (IR) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL). São operações simplificadas, sem exigências de contrapartidas específicas às empresas tomadoras dos empréstimos, que ficam dispensadas de apresentar uma série de certidões, como regularidade junto ao INSS e à Fazenda<sup>23</sup>.

Com as novas medidas, o processo ficou mais rápido e o volume de crédito foi ampliado pela entrada nos programas emergenciais de crédito de mais recursos do tipo ‘direcionado’, para os quais o Tesouro e o Banco Central determinam a sua destinação para certo segmento ou modalidade e as taxas são subsidiadas e monitoradas, diferentes dos recursos do tipo ‘livre’ quando o dinheiro emprestado é próprio, com taxa maior de risco e o banco define a taxa a ser cobrada. Essa iniciativa do Tesouro e Banco Central, ampliando garantias, explica a entrada expressiva dos bancos privados – Itaú, Bradesco e Safra–, responsáveis por 42% do valor contratado.

Em agosto, o BNDES anunciou novas contratações do Programa Emergencial de Suporte a Empregos (Pese), que foi estendido até o dia 31 de outubro, permitindo às empresas a tomada de empréstimos em bancos que aderiram ao programa, com financiamento limitado a R\$ 2.090,00 (dois SM's) por empregado, a cada folha de pagamento. Por outro lado, o Congresso

---

<sup>23</sup> Valor Econômico (21/07/2020).

permitiu a realização de uma segunda fase do Pronampe, considerado um dos programas de crédito mais bem-sucedidos na crise, com a autorização para a liberação de mais R\$ 12 bilhões de crédito extraordinário que será repassado ao Fundo Garantidor de Operações (FGO) para garantias dos empréstimos desse programa.

Mesmo depois desse ritmo mais forte de liberação, a oferta de crédito continua sendo um grande problema. Dados do Ministério da Economia com informações do crédito às micro e pequenas empresas, mostram que, até o dia 1º de setembro, o sistema financeiro tinha emprestado R\$ 47 bilhões, com destaque para a rede federal – Caixa, Banco do Brasil, BNDES e BNB –, responsável por 51% das operações<sup>24</sup>. A liberação tem resultados diferentes por programa: BNDES (Giro): 2,6 bilhões; BNDES (FGI): 19,0 bilhões; Fampe: 2,1 bilhões; Pese: 4,5 bilhões e Pronampe: 18,7 bilhões. Um volume ainda reduzido, correspondendo somente a 10% do valor que as empresas iriam necessitar, considerando o valor bruto da demanda de crédito – que seria de R\$ 472 bilhões, segundo a pesquisa *Crédito para os pequenos em tempos de pandemia*, da Fundação Getúlio Vargas, que também destaca o fato dos bancos estarem concedendo menos crédito em 2020 do que em 2019<sup>25</sup>.

No sentido regional e estadual, essas linhas emergenciais de caráter nacional oferecem possibilidades de investimentos, preferencialmente para as MPE's. O BNDES, no âmbito dos recursos para as empresas dos estados, principalmente para as micro e pequenas, aprovou 63 projetos de empresas alagoanas: 55 no setor de comércio/serviços (R\$ 13,9 milhões), cinco no setor industrial (R\$ 665 mil) e dois na área de infraestrutura (R\$ 270 mil), liberando, por meio das suas linhas emergenciais, empréstimos no valor de R\$ 14,9 milhões, entre março a agosto deste ano<sup>26</sup>.

No Nordeste, o BNB, em parceria com a Sudene, opera, desde 7 de abril, uma linha de crédito emergencial destinada a empresas da área de atuação da Sudene (inclui partes do território de Minas Gerais e Espírito Santo), com recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) na ordem de R\$ 5 bilhões. No Relatório mais recente (01/09), constam 22 mil empréstimos na região, destinados essencialmente para capital de giro (88%), basicamente das MPE's, que levaram 85% dos recursos para empresas dos setores de comércio e serviços (85%), sendo 790 da área de turismo. No entanto, essa linha especial para empresas nordestinas, tal como os demais programas de caráter nacional, caminha lentamente. Para Alagoas, foram realizados 1.114 empréstimos num total de R\$ 62 milhões<sup>27</sup>. No plano estadual alagoano, o balanço da execução desses programas do BNDES e BNB apresenta volume ainda bastante reduzido diante das necessidades de um amplo conjunto de 62 mil MPE's (53,8 mil ME's e 8,7 mil EPP's) e mais 8,4 mil empresas dos demais portes.

---

<sup>24</sup> Ministério da Economia (2020).

<sup>25</sup> FGV (2020).

<sup>26</sup> BNDES (01/09/2020).

<sup>27</sup> SUDENE (01/09/2020).

**NORDESTE: LINHA EMERGENCIAL DE CRÉDITO BNB/SUDENE (SETEMBRO)**

ESTADOS	QUANTIDADE DE OPERAÇÕES	VALORES (R\$)	%
Bahia	4.007	262.153.545,00	19,8
Ceará	3.444	195.901.587,40	14,8
Pernambuco	3.320	201.155.617,00	15,2
Piauí	2.258	98.211.862,10	7,4
Maranhão	1.706	113.738.731,90	8,6
Minas Gerais*	1.701	86.244.337,00	6,5
Rio Grande do Norte	1.664	108.088.219,00	8,2
Paraíba	1.661	112.498.226,40	8,5
Sergipe	1.418	63.566.394,50	4,8
ALAGOAS	1.114	61.983.251,90	4,7
Espírito Santo*	311	22.151.417,00	1,7
<b>TOTAL</b>	<b>22.604</b>	<b>1.325.693.189,90</b>	<b>100%</b>

Fonte: BNB (2020).

**Reflexos na economia.** Nestes meses marcados pela conjuntura de “aparente normalidade”, o impacto da epidemia na economia estadual está se refletindo nas estatísticas de algumas variáveis fundamentais: emprego, consumo (inclusive de combustível), endividamento e inadimplência do consumidor, criação de empresas e arrecadação estadual e federal.

As quedas nas taxas de consumo nos setores de comércio e serviços refletem a suspensão das atividades das empresas dos segmentos considerados não-essenciais, que formam a maioria numérica das empresas do comércio (vestuário, calçados, tecidos, etc) e serviços (salões de beleza, lanchonetes, bares, restaurantes, etc), numa economia que já vinha apresentando taxas baixas de consumo, com números negativos mesmo no final do ano de 2019. Os resultados de maio e junho, mesmo no isolamento social, revelam números diferentes dos meses de março e abril, esperando-se taxas melhores em julho e agosto, quando os novos dados refletirão o processo de reabertura setorial.

**ALAGOAS: COMÉRCIO E SERVIÇOS (dez. 2019/jun.2020)**

SETOR	ANUAL		MÊS / 2020					ANUAL
	2019	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	
COMÉRCIO	-2,4%	0,2%	2,3%	-9,1%	-19,5%	9,3%	6,6%	-10,4%
SERVIÇOS	-5,5%	2,9%	-0,4%	-6,8%	-26,5%	-2,8%	1,8%	-17,2%

Fonte: IBGE (2020).

Os dados de endividamento e inadimplência do Instituto Fecomércio de Alagoas mostram números surpreendentes para um período de crise. Mesmo nos meses de isolamento social, com a perda líquida de empregos e as incertezas quanto ao futuro próximo, mas sob a

influência das rendas extras (Auxílio Emergencial, INSS, Seguro-desemprego e FGTS), o número de endividados com atraso ou sem condições de pagar diminuiu nos meses iniciais da pandemia (abril-junho) apresentando um ligeiro crescimento em julho.

#### **MACEIÓ: ENDIVIDAMENTO E INADIMPLÊNCIA DO CONSUMIDOR (jan/jul -2020)**

<b>MÊS</b>	<b>ENDIVIDADOS</b>	<b>ENDIVIDADOS COM ATRASO</b>	<b>SEM CONDIÇÕES DE PAGAR</b>
Jan	68,1	28,3	14,4
Fev	69,1	30,6	16,0
Mar	70,4	32,8	20,1
Abr	70,4	32,4	19,8
Mai	70,3	30,5	17,0
Jun	72,0	30,3	16,9
Jul	72,5	30,7	17,8

Fonte: Fecomércio/AL (2020).

A comercialização de combustível (etanol, gasolina e diesel), mesmo sendo considerado um setor essencial e mantendo seus postos abertos, teve quedas expressivas de venda nos meses de abril a junho, refletindo a quebra parcial do movimento comercial e de serviços (transporte). Comparado ao primeiro trimestre, o isolamento social, nos meses de abril a julho, afetou mais o consumo do etanol (-57%) e menos o da gasolina (-17%), por razões de preços relativos, enquanto a paralisia nos transportes intermunicipais e interestaduais diminuiu em 30% o consumo de diesel. Nos sete primeiros meses deste ano, comparado com o mesmo período de 2019, o setor acumulou vendas menores de etanol (-23,5%), diesel (-9%) e gasolina (-8%) e, no consumo geral, uma queda de -9% entre janeiro e julho.

#### **ALAGOAS: CONSUMO DE COMBUSTÍVEL (jan./jul. - 2019/2020) (m<sup>3</sup>)**

<b>MÊS</b>	<b>ETANOL</b>		<b>GASOLINA</b>		<b>DIESEL</b>	
	<b>2019</b>	<b>2020</b>	<b>2019</b>	<b>2020</b>	<b>2019</b>	<b>2020</b>
Jan	9.792	8.746	35.146	37.940	31.298	33.741
Fev	7.616	6.712	39.263	36.025	29.111	28.364
Mar	7.213	4.805	34.913	31.593	28.249	25.276
Abr	6.378	2.707	36.175	29.458	27.143	20.092
Mai	4.685	2.591	36.983	28.445	26.108	20.011
Jun	3.885	3.449	33.861	30.225	23.204	20.546
Jul	4.281	4.545	37.334	34.075	25.765	25.201

Fonte: ANP (2020).

O consumo de energia elétrica em Alagoas, nos meses da pandemia, reflete as dificuldades deste período, quando o distanciamento social permaneceu com forte influência na redução do consumo, principalmente industrial e comercial, devendo o mercado alagoano acompanhar a

média nordestina. Nos seis primeiros meses, essa média, segundo o boletim *Resenha Mensal do Mercado de Energia Elétrica* (junho, 2020), da EPE, apresentou uma queda de consumo (-4,1%), com destaque negativo para os consumos industrial (-10,1%) e comercial (-9,9%), provocado pelas medidas restritivas em todos os estados; e por um crescimento expressivo no consumo residencial (+ 3,2%), explicado pelo isolamento social<sup>28</sup>.

Outra importante variável, a criação de empresas pelo Sistema Simples Nacional, nos sete primeiros meses do ano, refletiu o momento de propagação da pandemia e do isolamento social. A abertura de empreendimentos com exigência maior aporte de recursos, como as novas MPE's (microempresas/ME e empresas de pequeno porte/EPP), foi decrescente, a partir de março, perdendo a dinâmica dos meses anteriores; enquanto as MEI's (microempreendedor individual), que servem de alternativa ao desemprego, pelo viés do “empreendedorismo por necessidade”, mantiveram seus números médios de registros mensais.

#### **ALAGOAS: CRIAÇÃO DE MPE'S E MEI'S (dez/2019-jul/2020)**

	JAN/20	FEV/20	MAR/20	ABR/20	MAI/20	JUN/20	JUL/20
<b>MPE's</b>	38.928	41.313	41.821	41.984	42.091	42.283	42.492
<b>MEI</b>	93.411	94.528	95.891	97.051	98.200	99.545	101.609
<b>TOTAL</b>	132.339	135.841	137.712	139.035	140.291	141.828	144.101
<b>NOVAS (SIMPLES NACIONAL)</b>							
<b>MPE's</b>	<b>-4003</b>	2.385	508	163	107	192	209
<b>MEI</b>	1.524	1.117	1.363	1.160	1.149	1.345	2.054
<b>TOTAL</b>	<b>-2.479</b>	3.502	1.871	1.323	1.256	1.537	2.263

Fonte: Receita Federal (2020).

Em sintonia com esse quadro geral, a Secretaria da Fazenda de Alagoas (Sefaz-AL) analisando o movimento econômico do mês de julho constatou que as atividades de determinados setores, como o atacado, varejo e indústria, em seu conjunto, cresceram 11% em julho de 2020, comparando com julho de 2019. A área industrial teve um resultado positivo de 10%, com destaque para a fabricação de resinas (41%) e de produtos químicos (36%); um crescimento contrabalançado pela fabricação de açúcar (-35%), que estava na sua entressafra; as atividades de cloro e álcalis (-72%), fabricação em geral (-31%) e petróleo e gás (-22%).

O varejo teve crescimento de 14%, com destaque para as atividades relacionadas a supermercados e hipermercados (38%), medicamentos (21%) e, novidade, o comércio varejista de tecidos (52%). As evidências negativas foram para os segmentos que estavam com restrições de funcionamento: vestuário (-37%), calçados (-37%) e comércio de veículos (-16%). Já a atividade atacadista teve aumento de 7%, com ênfase positiva no comércio de material de construção (81%) e alimentos (24%) e com queda nas atividades do setor de mercadorias em

<sup>28</sup> EPE (2020).

geral (-20%) e produtos químicos (-11)<sup>29</sup>. Esses números não computam os dados da agricultura, construção e serviços, e confirmam tanto o predomínio do consumo de produtos básicos como a queda de vendas nos segmentos considerados não-essenciais.

Coincidindo com essas informações da Secretaria Estadual da Fazenda, os dados gerais, da arrecadação estadual (ICMS, IPVA, ITCD) nos sete primeiros meses, publicados pelo Conselho de Política Fazendária (Confaz), revelam uma queda de -1,97% da receita em relação ao mesmo período de 2019, com os números negativos concentrados nos três meses de isolamento social (abril/maio/junho) que, juntos, retrocederam a arrecadação em -14%, comparada com o mesmo trimestre do ano passado<sup>30</sup>.

#### ALAGOAS: ARRECADAÇÃO ESTADUAL (2019-2020)

MÊS/ANO	2019	2020
JANEIRO	411.195.682	489.713.434
FEVEREIRO	423.589.586	408.715.232
MARÇO	372.817.944	371.435.559
ABRIL	368.525.059	323.523.332
MAIO	388.098.113	289.810.584
JUNHO	368.393.737	350.300.076
JULHO	356.027.078	402.098.852
<b>SUB-TOTAL</b>	<b>2.688.647.199</b>	<b>2.635.597.069</b>

Fonte: Confaz (2020).

Pelos mesmos números do Confaz, o desempenho dos grandes setores da economia formadores do ICMS – o imposto responsável por 86,64% da arrecadação estadual, aponta para um resultado que reflete o impacto da pandemia e a decisão do isolamento social, apresentando-se levemente positivo no primeiro trimestre (janeiro/fevereiro/março); e números fortemente negativos no segundo trimestre (abril/maio/junho), e um crescimento no mês de julho, refletindo o processo de reabertura. No período janeiro-julho, o comércio atacadista continuou a atender toda a rede varejista em funcionamento e obteve um resultado positivo (+10%). O varejo, limitado pela suspensão de alguns segmentos, retrocedeu -16,8% neste período, assim como o transporte (-10%) e o setor de comunicação (-3,6%).

No mesmo sentido, a queda das atividades na economia estadual está refletida nos resultados mensais da Receita Federal, um importante indicador, que capta o movimento de arrecadação dos impostos sobre as exportações e importações, produtos industrializados e renda; as contribuições (CSLL, CIDE, COFINS); e a receita previdenciária. Nos sete primeiros

<sup>29</sup> SEFAZ (29/08/2020).

<sup>30</sup> CONFAZ (2020).

meses, a arrecadação dos impostos e contribuições federais em Alagoas caiu em -14,5%, e, tal como a receita estadual, uma queda concentrada nos meses abril, maio e junho em -38%.

#### **ALAGOAS: RECEITA FEDERAL (2019/2020)**

<b>MÊS/ANO</b>	<b>2019</b>	<b>2020</b>
JANEIRO	508.999.023	582.079.739
FEVEREIRO	464.452.009	512.304.160
MARÇO	431.431.600	465.736.565
ABRIL	551.040.480	376.099.535
MAIO	526.989.697	240.850.904
JUNHO	512.947.206	325.068.273
JULHO	523.035.672	407.087.020
<b>SUB-TOTAL</b>	<b>3.401.274.383</b>	<b>2.909.226.196</b>

Fonte: Receita Federal (2020).

**Perspectiva.** Este ano foi atípico para a economia alagoana em função do fenômeno da Covid-19. O primeiro trimestre foi marcado pela expectativa negativa do noticiário da pandemia; o segundo, sofreu o impacto direto dos três primeiros meses do isolamento social; o terceiro, acompanha o processo lento da reabertura e apresenta sinais de recuperação econômica, apesar dos números altos de infectados e mortos; e o último trimestre, de outubro a dezembro, aproxima-se carregando muitas expectativas de todos os setores. Mesmo num ano atípico, o quarto trimestre será o de maior movimento.

Tradicionalmente, a economia alagoana nos meses de final de ano reage de forma coordenada: o turismo aproveita a maior circulação na alta estação do verão; o comércio aposta nas vendas de Natal; a cana-de-açúcar realiza mais uma safra; e a construção civil acelera suas obras pensando nas demandas de final de ano. Neste processo coincidente da retomada das atividades dos grandes setores, os demais segmentos são contagiados.

A agricultura apresenta bons resultados em todos os seus segmentos, influenciada pelo ano excepcional de chuvas, mais intensas e regulares do que no período passado. Na indústria, o setor químico-plástico espera, até o final do ano, o retorno às atividades da unidade da Braskem, no Pontal da Barra. As empresas da indústria da construção de médio e alto padrão estão superando as dificuldades dos meses entre março e junho com vendas melhores nos meses de julho e agosto e muitos lançamentos programados. Para esse setor, a expectativa para o próximo ano parece animadora com a redução das taxas de juros e o relançamento do Programa Minha Casa Minha Vida, batizado recentemente de “Casa Verde e Amarela”. O setor da construção popular, a autoconstrução, e as atividades de reforma e ampliações, continuam aproveitando as condições financeiras favoráveis causadas pela renda social.

O setor hoteleiro, carro-chefe do todo o complexo turístico, liderado pela ABIH, decidiu suspender as atividades no começo da pandemia. A partir de julho, de forma organizada, com rápida

adoção dos protocolos sanitários, os hotéis e pousadas foram reabrindo e o movimento, ainda incipiente, vai dando sinais de vitalidade. Provavelmente, nos meses de setembro e outubro, o movimento vá se firmando gradualmente, se preparando para o período da alta estação, de novembro e fevereiro, apresentando uma atividade acima dos 50%, o que será muito positivo.

O comércio dos segmentos considerados não-essenciais – vestuário, calçados, armários, movelaria, voltou em julho, mas ainda não retomou o ritmo de antes da pandemia e está com a receita abaixo do esperado. As vendas estão acontecendo mais nas lojas populares, que atendem o público beneficiário da renda social. Há uma grande expectativa para o final do ano. O funcionalismo e os trabalhadores do setor privado receberão o 13º salário, e a previdência social deverá pagar a 14ª parcela (emergencial), que já foi aprovada no Senado. Essa renda social, junto com o salário mensal regular, dobra a capacidade de compra no final do ano, aumentando as vendas. Nesta expectativa, a rede comercial está refazendo seus estoques, mas a perspectiva de contratações temporárias ainda é incerta, e o momento é de trazer de volta os trabalhadores que ficaram parados por quatro meses.

Nesta conjuntura, um tema preocupa a economia alagoana: o final dos mecanismos de defesa da renda, emprego e empresas. O término do prazo desses instrumentos, aprovados no âmbito do Congresso Nacional, nos meses de abril e maio, deverá apresentar impactos na economia estadual. O Programa de Manutenção de Emprego e Renda foi prorrogado até outubro, podendo ser renovado até dezembro, quando também termina o período de calamidade pública aprovada no Senado. O final desse programa afetará milhares de empresas alagoanas que, ao longo desses cinco meses, conseguiram viabilizar 165 mil contratos de suspensão ou redução de contratos de trabalho. A permanência do trabalhador no emprego dependerá da retomada das atividades, o que é incerto neste atual cenário. Terminado o período de vigência do programa e de estabilidade do emprego, parte considerável desse conjunto de trabalhadores não terá seus contratos renovados, aumentando significativamente o desemprego na economia estadual.

O Auxílio Emergencial foi prorrogado até dezembro, com um valor mensal anunciado de 300 reais. Em seu lugar, provavelmente em janeiro, será inserido o programa Renda Brasil, com a cobertura limitada aos beneficiários do programa Bolsa Família e aos trabalhadores desempregados. Aprovado desta forma, alcançará menos de 600 mil alagoanos (400 mil do programa Bolsa Família e 200 mil desempregados), reduzindo em 50% o grau de cobertura, na medida em que o AE cobre 1,2 milhão de alagoanos; e o valor pago, mesmo alcançando o teto máximo anunciado (R\$300,00), somará R\$180 milhões mensais, menos 75% que os R\$ 780 milhões mensais pagos pelo Auxílio nos meses de abril a agosto.

Por outro lado, a criação da Renda Brasil representará a extinção de uma série de programas sociais que transferem parcelas de recursos financeiros para amplos segmentos de renda mais baixa, como o abono salarial, pago anualmente para os trabalhadores que recebem até dois salários mínimos; o seguro-defeso, benefício destinado aos pescadores proibidos de trabalhar no

período de reprodução de espécies; o salário-família, pago a trabalhadores com deficiência ou de baixa renda com filhos de até 14 anos ou com deficiência; e a Farmácia Popular, responsável pela distribuição de medicamentos de uso comum sem restrição de renda aos atendidos.

A terceira questão de preocupação na área econômica é o sistema de financiamento formado pelos diversos programas de crédito, destinados majoritariamente para as MPE's, que representam 95% das empresas alagoanas. Esses programas de crédito 'direcionado' e suas linhas emergenciais, com taxas de juro especiais, prazo de carência e de pagamento mais extensos e menos rigorosos no seu acesso, deverão passar por uma reprogramação a partir de janeiro, depois de terminado o estado de calamidade pública. O final desse conjunto de mecanismos, sem uma retomada da economia em ritmo elevado, deverá, seguramente, impactar na renda e no consumo dos estratos mais pobres da população, no nível de emprego, na sobrevivência das empresas e na arrecadação das prefeituras e estado, dificultando o processo de recuperação da economia.

## NOTAS DA CONJUNTURA (março-setembro)

**Nota 1: Transformação digital e “uberização” da força de trabalho.** Este período de cinco meses de isolamento social e de reabertura controlada trouxe uma aceleração de dois fenômenos nas áreas econômica e social: a da comercialização eletrônica, parte do processo de “transformação digital” das empresas do setor de comércio e serviços, e a ampliação da “uberização” da força de trabalho, com a utilização em escala maior dos autônomos. O atual cenário da pandemia, com as restrições ao funcionamento das empresas e dos movimentos de circulação, obrigou esses dois grandes setores a reagirem e fazer uso da tecnologia para sobreviver e ampliar o negócio. Esse movimento fez crescer o comércio eletrônico, o e-commerce, que já era forte entre as grandes cadeias de varejo, com menor presença nas empresas de médio porte, chegando ao comércio de bairro. Essas empresas incorporaram mais tecnologias, adaptaram-se e se integraram às plataformas de vendas on-line, e passaram a utilizar o marketing digital das redes sociais e o pagamento eletrônico.

O isolamento social antecipou e acelerou o acesso às plataformas eletrônicas, com a exposição dos produtos que vão para o *delivery*, e ao marketing digital nas redes sociais. No isolamento social, esse movimento antecipou a tendência facilitado pelas condições técnicas existentes: de um lado, os consumidores alagoanos, mais conectados às redes sociais e receptivos às inovações, são portadores de 2,6 milhões de celulares, de smartphones, os telefones inteligentes, segundo a Anatel<sup>31</sup>. Em 2018, o IBGE constatava que apenas ¼ dos domicílios de Alagoas tinham microcomputador ou tablet, mas, por outro lado, 90,9% das residências tinham o telefone móvel celular e 84,4% dos moradores conseguiam acessar a rede Internet<sup>32</sup>.

---

<sup>31</sup> ANATEL (2020).

<sup>32</sup> IBGE/PNAD (2020).

No lado do setor de comércio e serviços, uma parte das 62 mil empresas decidiu avançar na transformação digital. Utilizam as novas tecnologias, reorientando-se estrategicamente. Alteraram seu modelo de negócios, posicionando-se no mercado de forma diferente, após a incorporação da venda a distância, conectando-se ao e-commerce. Entre os dois segmentos – estabelecimentos e consumidores –, surge a presença de centenas de empresas do setor da tecnologia de informação e comunicação (TIC) que, em tempo recorde, souberam responder a essas empresas com serviços de comunicação multimídia, provedores, portais, blogs, programas de computadores, treinamento e consultoria.

Essa aceleração, no entanto, não existiria sem a utilização em escala crescente dos trabalhadores autônomos, dos entregadores por aplicativos. Essa atividade de entrega tipo *delivery* surge como uma alternativa para uma parte do contingente de 200 mil desempregados (“desocupados”, segundo o IBGE), mais 240 mil autônomos, os “conta-próprias”, e os 290 mil desalentados (trabalhadores que deixaram de procurar emprego), que formam um conjunto de mais de 700 mil pessoas em Alagoas. A pré-condição para esse trabalho é ter um transporte individual, exigência equacionada pelo número de motocicletas, em suas várias formas e modelos, que é de 357.840 unidades (julho), com 85 mil unidades em Maceió e 60 mil em Arapiraca. Uma frota que possui quase mesmo número que de automóveis (380 mil) e que não para de crescer: entre os meses de janeiro e julho deste ano, foram registradas mais 7.000 novas motos em Alagoas<sup>33</sup>. Levando-se em conta que, tradicionalmente, as bicicletas entram no mercado em número ligeiramente maior que o de motos, elas chegam a, aproximadamente, meio milhão de unidades. Ou seja, a oferta abundante de mão de obra e de meios de transportes individuais trabalha para uma oferta elástica de entregadores de aplicativos. Por sua vez, associada à digitalização dos serviços de transporte, Alagoas possui 50 mil carteiras de habilitação de motorista que têm o selo “EAR”, ou seja, “exerce atividade remunerada” (como motoristas de aplicativos, entregadores, vans, etc.)<sup>34</sup>. De um lado, as empresas incorporam as tecnologias digitais; de outro, aproveitam esse imenso contingente de trabalhadores, disponíveis pelo desemprego estrutural.

Essa atividade, sem garantias trabalhistas, caracteriza-se pelo uso de meios de transportes individuais (moto e bicicleta) e pelo pagamento relacionado à produtividade, o que exige altas cargas horárias, quase sempre excedendo as oito horas diárias, para atingir um ganho diário/mensal suficiente para cobrir as necessidades básicas e os custos envolvidos. Os entregadores já formam uma categoria de trabalhadores que, em processo de organização, demandam taxa mínima por entrega, equipamentos de proteção, seguro contra acidentes e o fim do sistema de pontuação, considerado injusto. Parte desse conjunto é composta de microempreendedores individuais, MEI’s, com os quais as empresas firmam acordo de prestação

---

<sup>33</sup> DENATRAN (2020).

<sup>34</sup> DETRAN-AL (29/08/2019).

de serviços, com custeio do combustível e manutenção da moto. Outra parte é de avulsos que trabalham para essas empresas e para as redes ou estabelecimentos menores.

No levantamento do mercado de trabalho feito pela PNAD (julho, 2020), os destaques nas ocupações que perderam renda habitual, pela presença maior de novos contratados, foram a de motorista (ônibus, táxi, van), com 2,1 milhões de trabalhadores, e a que engloba os entregadores de mercadorias por aplicativos (das empresas UberEats, iFood, Rappi e de lojas, farmácias e restaurantes), com 646 mil trabalhadores<sup>35</sup>.

A tendência é a ampliação, com mais velocidade, desse processo de integração da rede comercial e de serviços ao comércio eletrônico na medida em que, nesse período de isolamento social, mais consumidores aprenderam a utilizar esses serviços. As empresas do setor de tecnologia da informação e comunicação tendem a diversificar e baratear cada vez os seus serviços. E, na entrega, os trabalhadores autônomos, com sua oferta elástica de mão-de-obra, garantem a entrega de produtos.

**Nota2: A Braskem na economia alagoana.** Nestes meses de pandemia, e mesmo antes desse período, a questão do afundamento do solo dos bairros do Pinheiro, Bom Parto, Bebedouro e Mutange, e a mudança de sua população para outras partes da cidade, foi um tema que mobilizou parte da sociedade em algumas manifestações e permaneceu como um assunto presente no cotidiano da mídia estadual, demonstrando a importância desse problema para toda a cidade. Essa é uma questão que tem um lado econômico, pela perda do patrimônio residencial, das empresas e das instituições localizadas naquela área; tem um lado ambiental, que significa o afundamento do solo dos bairros e sua possível transformação em áreas não urbanizadas; mas tem outro lado maior, bem maior, que é o drama do deslocamento involuntário, das perdas de vínculos sentimentais com o lugar de moradia de mais de sete mil famílias que estão sendo transferidas para outras parte da cidade. Esse é um problema que, por sua amplitude e complexidade, exigiu ser acompanhado pelos órgãos públicos, principalmente os Ministérios Públicos federal e estadual e as Defensorias Públicas da União e Estadual, no sentido de minimizar as perdas materiais, garantindo as indenizações e custos de transferências. Esse tema, pelo peso na economia estadual, merece algumas reflexões.

A Braskem é uma longa história de quase meio século na economia de Alagoas, particularmente na vida de Maceió. A instalação de uma indústria química naquele local – Pontal da Barra, e a extração de sal-gema numa área densamente urbanizada, somente podem ser compreendidas no cenário dos anos 1970. Naquela época, a economia do país vivia a pressão de uma industrialização pautada pela necessidade de substituição das importações, entre elas os produtos químicos. A implantação das fábricas de bens intermediários no Nordeste era vista como uma política estratégica de desenvolvimento regional pela Sudene, BNB e BNDES. O país vivia numa ditadura, com governos estaduais nomeados e prefeitos escolhidos indiretamente, sem

---

<sup>35</sup> DIEESE (20/07/2020).

autonomia, com poucos espaços políticos para debates sobre modelo de desenvolvimento. A questão ambiental ainda não tinha a importância social que alcançaria a partir dos anos 1990, nem os órgãos de planejamento e fiscalização ambiental tinham a força política necessária, ainda que alguns intelectuais, técnicos e cientistas tenham se posicionado criticamente no momento da implantação daquela fábrica. Esse contexto explica a aprovação de uma fábrica com aquelas características e daquele porte, numa área ambientalmente sensível, a Restinga, num bairro central da capital do Estado que, no momento de sua instalação, tinha 400 mil habitantes.

A Braskem e a ideia de um polo químico fazem parte de uma série de tentativas estatais, apoiadas pela pequena classe média e pelo universo técnico da administração pública, de diversificar a atrasada e pobre economia alagoana marcada, há muitos séculos, pelo binômio cana/pecuária, pelo domínio dos engenhos e usinas de açúcar e fazendas de gado. A exploração do petróleo em Alagoas, nos anos 1950 e 1960, despertou alguns sonhos de crescimento econômico e de industrialização, o que não aconteceu pela pequena produção local de petróleo. A fundação da Companhia do Desenvolvimento de Alagoas, Codeal, no governo Muniz Falcão, e a construção de distritos industriais, como o do Tabuleiro do Martins, levantaram a expectativa da criação de um expressivo parque fabril no Estado, mas o mercado estreito, a falta de infraestrutura e as dificuldades de financiamento limitaram esse processo. Por décadas, o turismo também foi visto como um elemento dessa diversificação, que somente se realizou nestes vinte anos recentes.

Nos anos 1970 até os anos 1990, a ideia de um Polo Cloro-álcool-químico (PCA), a partir da presença da indústria-motriz, que seria a Braskem, foi uma tentativa na direção da diversificação que, no entanto, encontrou pela frente uma conjuntura econômica recessiva, que durou toda uma década, somada a crise estadual, terminando na deposição do governo Suruagy em 1997. Para complicar ainda mais, as presenças ativas e a concorrência dos polos químicos de Camaçari, na Bahia, Cubatão, em São Paulo e Triunfo, no Rio Grande do Sul, ajudaram a esvaziar, naquele período, o projeto em Alagoas.

A fábrica Braskem sem um polo industrial a ela vinculado é apenas uma grande empresa nacional que atua como um enclave em Alagoas. Sem conexões com o tecido industrial local, apoiada em benefícios fiscais e com um pequeno número de trabalhadores, a fábrica retira sal-gema do subsolo alagoano, abastece-se de energia na Chesf com tarifas especiais, elabora bens intermediários de forma mais competitiva por serem os insumos mais baratos, garantindo custos industriais mais baixos e alta lucratividade, e envia a produção para outros estados ou mesmo exterior. Serve nacionalmente, mas tem poucos vínculos com a economia local.

A Braskem, com suas grandes unidades industriais instaladas em Maceió e Marechal Deodoro, é, individualmente, a maior empresa localizada no Estado, mas não significa um grande empregador ou contribuinte fiscal. Esse papel nunca foi posto para essa empresa. A empresa química por ser intensiva de capital, de uso intenso de tecnologia, ocupa pouca mão de obra; pelos benefícios fiscais da primeira planta (do Pontal), inaugurada em 1975, e pelos

benefícios para a planta de Marechal Deodoro, inaugurada em 2012, a Braskem nunca foi um grande contribuinte ao Tesouro estadual.

O sentido de uma unidade industrial com as características da Braskem é servir de indústria-motriz a um polo industrial, a um aglomerado de fábricas de 2ª e 3ª geração, como a cadeia químico-plástico, que cumpriria o papel de produtora de mercadorias que disputam o mercado estadual e regional nordestino, empregadora de mão de obra local e geradora de impostos. A Braskem, por suas características, é uma indústria diferente da Mineradora Vale Verde (MMV), instalada em Craíbas, ao lado de Arapiraca. A MVV, um grande investimento de um fundo de investimento inglês, no valor de R\$850 milhões de reais, tem como objetivo único extrair o cobre do subsolo da região do Projeto Serrote, por meio de uma mina a céu aberto, com uma vida útil projetada de 20 anos, realizando o beneficiamento e produção do concentrado de cobre com o objetivo de enviar para o exterior. A partir desse projeto, que recebeu todos os benefícios fiscais do Estado de Alagoas, não se tenciona, a partir de sua atividade extrativa mineral, criar nenhuma outra unidade industrial ao seu redor, como explica seu próprio projeto<sup>36</sup>. Essa diferença obriga a uma análise mais acurada do caso Braskem.

Nos anos 2000, a ideia da diversificação na indústria química alagoana mudou com a aproximação entre Estado, Braskem e a rede financeira federal, numa conjuntura nacional mais favorável, com a superação da ideia de um polo químico e a criação da Cadeia Químico-Plástico. Essa cadeia é uma alternativa de aproveitamento da presença das unidades da Braskem em Maceió e Marechal Deodoro e da infraestrutura construída nas décadas anteriores, para atrair novos investimentos industriais, com apoio estadual, que oferece vantagens locacional, fiscal e creditícia; contando também com financiamento ou incentivos da Sudene, BNB e BNDES.

A Cadeia Químico-Plástico é uma experiência que, mesmo apresentando resultados limitados, engloba mais de uma centena de indústrias, na sua maioria micro, pequenas e médias empresas, formando um aglomerado ainda em construção, aproveitando os incentivos públicos, consumindo parte, ainda pequena, dos insumos da Braskem<sup>37</sup>. Na atual conjuntura, marcada pelas demandas da população dos bairros afetados pela mineração, esse conjunto de empresas assiste e acompanha esse processo de negociação que deve, primeiro, atender, plenamente, os interesses de todos os moradores afetados; segundo, apontar uma saída econômica para a cadeia químico-plástico.

Desde a confirmação do papel da mineradora no afundamento dos superpovoados bairros do Pinheiro, Bebedouro, Mutange e Bom Parto, com a suspensão das atividades da fábrica da Braskem, há mais de um ano, a empresa trabalha a importação da matéria-prima para o retorno da atividade da unidade de cloro-soda e dicloreto, apresentada como uma saída temporária até a mineradora encontrar uma alternativa para extrair sal-gema em Alagoas. A possibilidade do fechamento ou da realocação da fábrica do Pontal não foi levantada. Desde

---

<sup>36</sup> MMV (2020).

<sup>37</sup> DIODATO (2018).

maio do ano passado as instituições estatais, Prefeitura e Estado, e a representação empresarial alagoana têm defendido, publicamente, a reabertura e a manutenção da fábrica em Maceió.

A opção da Braskem, pelos investimentos realizados na sua implantação e na infraestrutura construída, pelas dificuldades em fechar ou transferir essa unidade para outra localidade e pelos custos altos de importar a matéria-prima, está sendo a da busca de outra área de extração de sal-gema nas proximidades de Maceió. Confirmando que não tem mais intenção em retomar a lavra nas áreas dos bairros do Pinheiro, Bebedouro e Mutange, a Braskem solicitou à Agência Nacional de Mineração (ANM) sete autorizações para pesquisar potenciais áreas de reservas de sal-gema, com jazidas viáveis à exploração, em áreas rurais dos municípios de Maceió, Paripueira e Barra de Santo Antônio, distantes dos centros urbanos<sup>38</sup>.

Neste processo, ainda em andamento, o que se deve exigir, diferentemente do passado, é que tanto sua localização, como o novo projeto de extração do sal-gema, e as novas tecnologias a serem utilizadas no processo de mineração, sejam amplamente conhecidos, debatidos com a sociedade, com o corpo técnico do Estado e da Prefeitura, para que resulte numa solução economicamente viável, mas social e ambientalmente responsável. A alternativa de deslocamento da planta do Pontal para o distrito industrial de Marechal poderá entrar nessa agenda, como tem defendido o jornalista Anivaldo Miranda, presidente do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco (CBHSF), ambientalista renomado pelo conhecimento e equilíbrio com que tem tratado as questões ligadas ao desenvolvimento e meio ambiente em Alagoas<sup>39</sup>.

Essa crise do afundamento dos bairros revelou como os recursos financeiros para a realocação da fábrica do Ponta da Barral em um novo ambiente, como o polo de Marechal Deodoro, não configuram um problema insolúvel. O maior projeto industrial realizado pela Braskem em sua história foi a unidade de Marechal Deodoro, com capacidade para produzir 200 mil toneladas anuais de PVC, investimento no valor de R\$ 1 bilhão (equivalente a R\$ 1,6 bilhão em 2020), inaugurada em 2012. Esse volume de recursos mobilizados para o maior projeto da Braskem é três vezes menor que os recursos imobilizados para as atuais e futuras despesas com as indenizações e os deslocamentos da população dos bairros afetados, mais os gastos com o fechamento das minas de sal-gema.

O processo está em andamento. Em maio de 2019, depois da confirmação da responsabilidade da empresa, o Tribunal de Justiça de Alagoas bloqueou R\$3,7 bilhões da Braskem como medida preventiva para o pagamento das despesas com o afundamento dos bairros em Maceió. Em julho de 2019, a primeira ação civil movida pelo MPF demandava 20 bilhões em reparação pelos danos socioambientais. Estas decisões levaram à Braskem à mesa de negociações com o Ministério Público Federal (MPF), Ministério Público de Alagoas (MPE Alagoas) e a Defensoria Pública da União (DPU) e de Alagoas (DPE Alagoas).

---

<sup>38</sup> TRIBUNALHOJE (09/09).

<sup>39</sup> GAZETA DE ALAGOAS (18/07).

Em janeiro deste ano, a companhia anunciou um acordo, que se transformou no *Programa de Compensação Financeira e Apoio à Realocação*, orçado em 2,7 bilhões de reais. O acordo previa pagamentos de 1,7 bilhão de reais em indenizações a 20 mil moradores de Maceió que estão dentro da área de risco. Para isso, a Braskem fez um provisionamento de R\$ 3,4 bilhões para enfrentar as despesas com as sete mil famílias a serem deslocadas das áreas afundadas. Logo depois, a empresa decidiu reservar mais R\$ 850 milhões com a ampliação das novas áreas de risco e R\$750 milhões com o encerramento definitivo das minas de sal-gema e monitoramento dos 35 poços que ainda funcionavam. Em julho, a conta estava em R\$5 bilhões<sup>40</sup>. Este valor representa o equivalente ao de três fábricas iguais a unidade de PVC de Marechal Deodoro. Os custos de transferência da planta do Pontal para Marechal Deodoro, portanto, poderiam ser absorvidos pela empresa, numa negociação com o Estado, Prefeitura de Maceió e rede financeira federal.

Essa alternativa de realocação poderia ser aprovada como uma solução para a cidade de Maceió, que recuperaria os bairros do Pontal da Barra, Trapiche, Prado e Centro, afetados em sua valorização pela presença ou proximidade da fábrica; uma boa solução também para as empresas da cadeia químico-plástico de Alagoas, sinalizando positivamente, com sua permanência no estado, para futuros investimentos em sua ampliação; e seria uma boa solução para a empresa que, sem perder competitividade, iria para a área onde sempre deveria ter estado – o distrito industrial de Marechal, se distanciaria do Pontal, onde tem uma presença e uma imagem socialmente incômodas, vinculadas ao enorme problema do afundamento dos solos causado pela extração do sal-gema, por 40 anos. A continuidade da indústria no Pontal trará, provavelmente, o débito em conta para a Braskem de todo e qualquer problema ambiental nestes bairros próximos à fábrica, nas localidades que tiveram os solos afundados e nos bairros vizinhos, todos eles densamente povoados.

---

<sup>40</sup> Valor Econômico (10/07/2020).

## Referências

- 1) BCB (2020)
- 2) BNB (2020)
- 3) BNB (2020)
- 4) BCB (24/08/2020)
- 5) BNB (2020)
- 6) IBGE (2020)
- 7) CONAB (2020)
- 8) CONAB (2020)
- 9) FIEA (2020)
- 10) SEFAZ (2020)
- 11) CNC (2020)
- 12) Ministério do Trabalho (2020)
- 13) ABRASEL
- 14) Senado (20/03/2020)
- 15) IBGE (2020)
- 16) Ministério da Cidadania (2020)
- 17) IPEA (2020)
- 18) Ministério da Economia (24/08/2020)
- 19) FGV/CPS (2020)
- 20) Senado (19/07/2020)
- 21) Senado (20/03/2020)
- 22) DIEESE (2020)
- 23) Ministério da Economia (2020)
- 24) FGV (2020)
- 25) Valor Econômico (21/07/2020)
- 26) BNDES (30/08/2020)
- 27) SUDENE (30/08/2020)
- 28) EPE (2020)
- 29) SEFAZ (29/08/2020)
- 30) CONFAZ (2020)
- 31) ANATEL (2020)
- 32) IBGE/PNAD (2020)
- 33) DENATRAN (2020)
- 34) DETRAN-AL (29/08/2019)
- 35) DIEESE (20/07/2020)
- 36) MMV (2020)
- 37) DIODATO (2018)
- 38) TRIBUNA HOJE (09/09/2020)
- 39) GAZETA DE ALAGOAS (18/07/2020)
- 40) Valor Econômico (10/07/2020)

Este texto foi publicado em setembro de 2020.